

ARQUIVO CIMI - MT

Fonte: Folha do Estado

Data: 29/03/99

Pag. 6

SUR00006

INDIOS
POSSEIROS
BRIGAM POR
ÁREA
Funal é contra

NOELMA OLIVEIRA

Reportagem local

A pressão dos posseiros, que ocupam há sete anos a reserva Suiá Missú, pouco ou quase nada deve influenciar na decisão do governo federal em revogar o decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, que homologou a área como indígena. O documento, divulgado no Diário Oficial da União, foi assinado por FHC em setembro passado.

A reserva Suiá Missú está localizada entre os municípios de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista, na região do Baixo Araguaia, distante 1.100 quilômetros de Cuiabá. Cerca de 70% da área está localizada no município de Alto Boa Vista.

São quase mil famílias que estão na iminência de desocupar uma área de 168 mil hectares, demarcada para os índios xavantes, que deverão retomar a reserva. Eles foram forçados a deixar a terra em 1966. Hoje, cerca de 300 xavantes estão numa aldeia na localidade de Pimentel Barbosa, no município de Canarana, distante aproximadamente 300 quilômetros da sua propriedade.

Na semana passada, uma comissão de prefeitos da região esteve em Cuiabá para se reunir com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Lacerda. Os prefeitos, Deuzimar Carlos e Uslei Gomes, respectivamente, de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, reivindicam que as famílias permaneçam na área e que seja destinada outra propriedade para os índios.

Os prefeitos argumentam que as famílias estão produzindo alimentos no local e que a retirada deles da reserva Suiá Missú provocaria uma série de transtornos e prejuízos, já que investiram na área em construção de casas, por exemplo. Duas escolas municipais foram construídas na reserva.

Em contrapartida, o procurador da Funai, César Augusto Lima Nascimento, disse que a área foi declarada, desde 1994, como indígena pela Ministério da Justiça. Segundo ele, nesta época existiam pouco mais de 150 pessoas ocupando a reserva. "Não é possível que em quatro anos mais de mil pessoas estejam ocupando o local", salientou.

O procurador denunciou ainda que existem aberrações na divisão da área pelos posseiros. "Tem cidadão no local que ocupa uma área superior a quatro mil hectares, enquanto outro teve direito a um hectare", criticou. Ele explicou que as pessoas que ocuparam área com boa fé serão contemplados com o programa de Reforma Agrária, do governo federal. "A posição do Estado é de não abrir mão dos direitos indígenas", observou.

O Incra deve fazer um levantamento no local para identificar as pessoas que realmente se encaixam no programa de Reforma Agrária. Diante do impasse, o presidente da Funai sugeriu uma reunião para discutir a problemática.

A reunião, apesar de ainda não ter data marcada, promete ser polêmica e contará com a presença dos envolvidos, políticos, e representantes de setores organizados. De acordo com o procurador, o Ministério Público Federal, através da 6ª Câmara, também estará presente, já que é autor de uma das ações contra os posseiros.